

**Eliane Cantanhêde**

E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; Twitter: @ecantanhede

O voluntarismo de Lula

O presidente Lula parece ou finge não ver, mas as coisas estão desandando e as pesquisas já apontam para desaprovção maior do que aprovação nas próximas rodadas, com queda de popularidade nos diferentes segmentos. Fazer meia culpa não é e nunca foi o forte de Lula, mas cadê o decantado faro político, a perspicácia e o carisma de Lula? Está sempre sério, mal-humorado, com declarações recheadas de erros não só de comunicação, mas de informação e compreensão do mundo.

O que o Brasil ganha com Lula negando o óbvio, que Nicolás Maduro é ditador, a Venezuela

está em frangalhos e os venezuelanos vivem no pior dos mundos? Impedida de disputar as eleições de julho por instituições viciadas, Maria Corina reclamou. Lula deu de ombros: “Eu não fiquei chorando quando não pude concorrer”. Após relativizar a democracia, agora avaliza a lisura das eleições convocadas por Maduro, enquanto se cala sobre Alexei Navalny, assassinado por Vladimir Putin, e até sobre a dengue. Fala o que não deve e cala sobre o que deve.

Na economia, Lula também insiste em desdenhar do bom senso e da política econômica de Fernando Haddad, exercitando seu velho populismo e defendendo

do mais gastos, quando o principal problema é exatamente o equilíbrio fiscal. Haddad se esfalou pela arrecadação, Lula só quer gastar. Sua base petista acha lin-

Lula fala e interfere onde não deve, cala sobre o que deve e despenca nas pesquisas

do, a realidade grita. Isso não vai melhorar sua popularidade.

As intervenções políticas e voluntaristas na Petrobras e na Vale custam caro e Lula tem de engolir que no seu primeiro ano

de governo, o lucro das duas principais empresas do País despencou em relação ao do último ano de Jair Bolsonaro e a pauta econômica e ambiental do governo está parada, com o Congresso dilapidando com o Executivo por emendas e com o Judiciário em temas de costume. E a articulação política do governo?

Não é “má vontade” da mídia, quem derruba manchetes positivas por negativas é o próprio Lula. Em vez de “Brasil condena massacre de palestinos”, “Lula comparação de Israel a Holocausto”. Em vez de “Brasil lidera pressão por democracia na Venezuela”, “Lula relativiza democracia”, ou “Lu-

la avaliza ditadura de Maduro”. Em vez de “Lucro e ações da Petrobras e da Vale dispararam”, “Lucro da Petrobras cai 33%”. Em vez de “Lula cobra controle das contas públicas”, “Lula exige mais gasto”.

As pesquisas Quæst e Ipec apontam que a popularidade de Lula caiu entre os que já eram contra, como os evangélicos, e os que eram a favor, como as mulheres. Logo, logo, as curvas acabam cruzando, com aprovação menor do que desaprovção. Será que, assim, Lula vai entender que as coisas estão desandando? ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDOORDO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONWS EM PAUTA

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quincenalmente) • TER. Eliane Cantanhêde • QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quincenalmente) • QUI. William Waack • SEX. Eliane Cantanhêde • DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Federação

Gestões afirmam que respeitam a autonomia financeira do Judiciário

Estados dizem que gastos obedecem a limite legal; despesas da Justiça aumentam enquanto há cortes em outras áreas

BRASÍLIA

Procurados, os Estados citados afirmaram que os gastos com órgãos de Justiça respeitam o limite legal e a autonomia financeira do Judiciário. O Tribunal de Justiça do Maranhão afirmou que os salários acima do teto correspondem a verbas indenizatórias como licença-prêmio, férias e abonos de férias, além do abono permanência, pago para os magistrados com mais de 30 anos de serviço – todos autorizados pelo Conselho Nacional de Justiça.

O Maranhão também foi o Estado que mais aumentou despesas da Justiça por meio do chamado crédito adicional. Em 2022, o governo maranhense distribuiu R\$ 643 milhões em créditos adicionais para o sistema sem passar pela Assembleia Legislativa. Do total, R\$ 216 milhões foram para folhas de pagamento. Enquanto os tribunais receberam mais do que o previsto inicialmente no Orçamento, em outras áreas aconteceu o contrário. O valor gasto na educação ficou R\$ 239 milhões menor do que o previsto. O governo do Maranhão não respondeu.

O governo do Rio afirmou que, além de ser responsável

pela entrega de políticas públicas diretas à população, é comprometido com todo o custeio do Judiciário e Legislativo, “e, por esse motivo, mantém diálogo constante com os Poderes para encontrar as melhores soluções que garantam o equilíbrio e independência de todos os Poderes”.

O governo de Goiás disse que os repasses são feitos conforme prevê a Constituição e que não houve alteração significativa no orçamento do sistema de Justiça do Estado em relação ao orçamento total nos últimos anos.

AUTONOMIA. A Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas não respondeu sobre os dados de 2022, apresentados pelo estudo, mas afirmou que Judiciário, Ministério Público e Defensoria têm autonomia administrativa e financeira definida pela Constituição.

O governo do Paraná também declarou que cada órgão do Judiciário tem autonomia para administrar os recursos e que cumpriu suas obrigações seguindo os limites da legislação orçamentária. De acordo com a administração paranaense, o gasto de 2022 se deu com um incremento de 9% da arrecadação (R\$ 54,6 bilhões) em relação a 2021, ano impactado pela pandemia de covid-19.

Os demais Estados não se pronunciaram.

CORTES. Os governos também aumentaram despesas da Justiça enquanto cortaram em ou-

tras áreas. O governo de São Paulo, que tem o maior orçamento do País, gastou R\$ 14,4 bilhões com as instituições de Justiça em 2022, 4,6% do total do orçamento, de acordo com o estudo da Justa. O Executivo paulista distribuiu R\$ 569 milhões em créditos adicionais para os órgãos de Justiça sem passar pela Assembleia Legislativa, por autorização dos deputados estaduais.

O orçamento do Tribunal de Justiça de São Paulo (R\$ 10,9 bilhões) é superior a tudo que o Estado investiu em habitação, ciência e tecnologia, assistência social, agricultura e cultura, comércio e serviços e

Legislativo, ação essencial para garantir a eficácia do estado de direito e promover Justiça para todos os cidadãos.”

No Paraná, o orçamento da folha de pagamento do Tribunal de Justiça do Estado (R\$ 2,1 bilhões) é quase o dobro da folha de pagamento da saúde pública (R\$ 1,1 bilhão). Na Ba-

hia, o dinheiro do Tribunal de Justiça (R\$ 2,7 bilhões) é mais que o dobro de todo o orçamento da educação superior (R\$ 1 bilhão) do Estado, sendo que 78% dos recursos do tribunal vão para salários.

Em Rondônia, o orçamento do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Defensoria foi de R\$ 1,2 bilhão em 2022, representando 10,6% do total de despesas do Estado. As próprias instituições de Justiça de Rondônia possuem autonomia para aumentar as despesas. Isso fez com que, em 2022, R\$ 86 milhões fossem para o sistema de Justiça apenas em créditos adicionais. **D.W.**

Rondônia
As próprias instituições de Justiça do Estado possuem autonomia para aumentar as despesas

saneamento somados no mesmo ano. A área de saneamento teve um gasto 21,2% menor do que o previsto inicialmente no ano. As ações para impulsionar comércio e serviço, por sua vez, tiveram despesa 47,3% menor do que o autorizado.

Procurada, a Secretaria da Fazenda de São Paulo afirmou que cada Poder tem controle sobre seus próprios recursos e que o aumento de despesas respeitou os limites da Lei Orçamentária Anual. “O investimento no sistema de Justiça é realizado pelo duodécimo, repasse do Poder Executivo ao

O partido que entende que lugar de mulher é na política.

Filie-se e participe do PSD Mulher

www.psdmulher.org.br

flickr | instagram | facebook | twitter | linkedin | youtube | psdmulher

psd
mulher

PHOTO AND DESIGN BY REGINA LOPES
PSD MULHER.COM - 11 604 2718-6004
CONTATO: 0800 70 7070